

Invisibilidade e episteme: saberes eurocêntricos na graduação em Psicologia e ciências da saúde

Invisibility and episteme: eurocentric knowledges in Psychology and health science undergraduate programs

¹ Mirian Teresa de Sá Leitão Martins  

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar o silenciamento das capacidades e conhecimentos da população negra e indígena nos cursos de graduação em psicologia e ciências da saúde. Metodologia: Foi realizada uma busca na base de dados BVS com o seguinte descritor: “Epistemicídio”. Resultados: A produção do conhecimento e ensino acadêmico formal reproduz uma dominação cultural baseada na superioridade da raça branca e sua cultura em detrimento das outras. Há o silenciamento e a desqualificação dos saberes e potencialidades intelectuais do povo árabe, negro e indígena. Conclusão: Há em espaços de formação de profissionais da Psicologia e demais da saúde, a produção, manutenção e naturalização de uma episteme assentada na produção científica de um saber branco e eurocentrado. Um epistemicídio que produz o apagamento da produção científica e cultural dos sujeitos não brancos e seu silenciamento.

Palavras-chave: ensino. formação. saúde.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the silencing of the capacities and knowledge of the black and indigenous population in undergraduate Psychology and Health Sciences programs. Methodology: A search was conducted in the BVS database using the descriptor: “Epistemicide”. Results: The production of knowledge and formal academic teaching reproduce a cultural domination based on the perceived superiority of the white race and its culture to the detriment of others. There are a silencing and disqualification of the knowledge and intellectual potential of Arab, Black, and Indigenous peoples. Conclusion: In the training spaces of Psychology and other health professionals, there is the production, maintenance, and naturalization of an episteme grounded in the scientific production of a white and Eurocentric knowledge. This results in an epistemicide that produces the erasure of the scientific and cultural production of non-white subjects and their silencing.

Keywords: formation. health. teaching. .

1 INTRODUÇÃO

O epistemicídio é uma estratégia de dominação que reproduz normalizações, desvalorização da cultura e capacidade intelectual dos povos originários e negros, por meio de dominações culturais impostas nas instituições escolares e na ciência. Através da “[...] negação da racionalidade do outro ou pela assimilação cultural, que em outros casos lhe é imposta”(Carneiro, 2005, p.97). De acordo com Oliveira (2019), opera no apagamento da produção científica e cultural dos sujeitos não brancos, dos seus saberes e na produção de cuidado.

O epistemicídio, como um projeto de dominação nas diferentes dimensões da vida social, caracteriza-se como discute Sueli Carneiro (2005, p.98), com “(...) múltiplas formas em que se expressam as contradições vividas pelos negros com relação à educação e, sobretudo, as desigualdades raciais nesse campo”. Para a filósofa, uma das dimensões é o acesso desigual à educação, uma vez que este é racializado.

As desigualdades raciais no âmbito da educação, como efeitos do epistemicídio, “(...)se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro”(Carneiro, 2005, p. 114). São produzidas pela configuração e hierarquias entre os saberes das instituições educacionais, que reproduzem o racismo institucional.

De acordo com Almeida (2020), o racismo estrutural estrutura as relações sociais desiguais entre pessoas que possuem conhecimentos não validados socialmente e as que possuem. Reproduz uma dominação cultural baseada na suposta e falaciosa superioridade de uma raça- a branca- e sua cultura eurocentrada em detrimento das outras, com o silenciamento e a desqualificação dos conhecimentos e potencialidades intelectuais do povo árabe, negro e indígena.

A dominação cultural vai atravessar a experiência humana no sistema educacional, no qual está implícito a interpretação de um estatuto racializado. Este se refere aos indivíduos que são codificados como sujeito cognoscente, ou seja, as suas possibilidades intelectuais são presumidas pela diferença cultural/racial. Há uma inteligibilidade que passa a definir quais são os sujeitos cognoscentes válidos. Posto que, como afirma Sousa Santos (1997, p.328), “(...)para o velho paradigma, a ciência é uma prática social muito específica e privilegiada porque produz a única forma de conhecimento válido”. Tal construção vai consubstanciar os cursos universitários, mesmo que tenhamos avanços em prol de uma maior equidade, como ocorreu em nosso país.

A partir do início do século XXI, as universidades no Brasil têm-se comprometido cada vez mais com a diversidade étnico-racial e social de discentes que acessam o ensino superior e, posteriormente, de egressos. Foram implementadas políticas afirmativas para o ingresso de determinados grupos sociais nas universidades. As primeiras universidades brasileiras a implantarem políticas afirmativas foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sendo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) pioneiras no sistema de cotas, com o primeiro vestibular com reserva de vagas em 2003. A nível federal, com Lei nº12.711, de 2012, é implementada políticas de ação afirmativa para o acesso ao ensino superior, ensino técnico e médico público e federal. Sendo adotado o mínimo de 50% de reserva de vagas nas universidades federais (Vaz, 2022).

Já nas universidades privadas, houve a implementação de políticas de inclusão social como o FIES(-Fundo de Financiamento Estudantil) e PROUNI (Programa Universidade Para Todos) (Vaz, 2022). Tal avanço, poderia ser lido como a democratização da educação superior, pois as referidas Políticas orientam ações que direcionem para a inclusão social e educacional, a partir de uma perspectiva da cidadania ampliada. Mas segundo Aranda (2015), não são suficientes para se pressupor a participação dos cidadãos e das cidadãs.

Sendo necessário acrescentar a este questionamento, a importância de se ampliar o próprio conceito de Democracia, com a inclusão de outras matrizes de produção de conhecimento. Pois, o que se observa, com

raras exceções, é a permanência de um conhecimento eurocentrado que exclui outros conhecimentos e indivíduos, mesmo que haja toda uma premissa de inclusão educacional, é urgente uma reformulação curricular que amplie outras discussões não contempladas na formação acadêmica. Pois, como nos lembra Dussel (1992), tanto a produção do conhecimento e o ensino acadêmico formal, ao serem pautados por uma perspectiva teórico-metodológica eurocentrada e academicista, impõem uma estratégia de dominação epistêmica e negam outras culturas e vivências. Além de manter o preconceito racial e étnico nas próprias instituições.

Como o Projeto Político Pedagógico não é neutro e é atravessado pela ideologia, assim como os currículos, sua organização vai direcionar o conhecimento escolar e a prática pedagógica, ao articular-se com a concepção de conceber o homem e a sociedade.

Ou seja, de acordo com Ceccin (2007), toda prática educativa e a escolha do currículo tem implicações sociais, e estão intimamente relacionadas ao tipo de sociedade a qual as instituições de ensino estão inseridas. Reproduzindo, portanto, seus valores e modos de pensar. Muitas das vezes não incluem todos os cidadãos envolvidos no processo, se distanciando de uma aprendizagem contextualizada e comprometida com a coletividade. Mas para o estudioso, há possibilidades de reflexão e mudanças no âmbito da educação permanente e das graduações na Saúde, através da inserção da multiplicidade de saberes de outras matrizes culturais.

Na maioria das IES há um distanciamento entre a teoria e a prática profissional. É necessária então, uma aproximação entre os discentes e comunidade que traz conhecimentos ancestrais sobre o cuidado e cura de doenças. Esta foi contemplada pelo Decreto n. 9.057 em seu art. 4.º, que regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este decreto, versa sobre os projetos pedagógicos de cursos universitários (PPC) ou Plano de Desenvolvimento da IES (PDI) prevendo atividades, para que os discentes e instituições de ensino superior passem a ter autonomia na organização de atividades práticas em ambientes profissionais (Brasil, 2017).

Dito isso, propomos a seguinte questão problematizadora: Há o silenciamento das capacidades e conhecimentos da população negra e indígena nos cursos de graduação em psicologia e ciências da saúde?

O objetivo desse trabalho é, portanto, analisar o silenciamento das capacidades e conhecimentos da população negra e indígena nos cursos de graduação em psicologia e ciências da saúde. Para a construção deste, a partir do conceito de Epistemicídio, dialogamos com autores que tratam sobre as construções epistemológicas e metodológicas e demais estudiosos que debatem a temática racial e democratização e universalidade do acesso ao ensino superior.

2 METODOLOGIA

Trata-se um estudo exploratório-descritivo de abordagem qualitativa. Foi realizada uma revisão de escopo, por meio da busca na **Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)** no período de novembro de 2024. Para atender o objetivo desse estudo, como a BVS é ampla abarcando diferentes bases especializadas em saúde e ciências humanas, tivemos como critério de inclusão consultar estudos do campo da saúde apenas nas seguintes bases indexadas: “LILACS e Index Psicologia”, excluindo as demais bases. Usamos o seguinte descritor: “Epistemicídio” com os seguintes filtros: estudos na língua portuguesa e publicados nos últimos dez anos. Os critérios de exclusão nas bases “LILACS e Index Psicologia” foram excluir os textos de opinião, editorial e que contivessem temas que não contemplassem ao campo da saúde e da Psicologia.

Encontramos onze artigos e após a identificação desses estudos, foi realizada uma triagem inicial dos títulos e resumos para identificar a relevância dos estudos frente ao tema do “epistemicídio”. Nessa etapa foi excluído dois estudos por não estar de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Após essa etapa foi feita a leitura dos resumos completos dos nove artigos restantes. Posteriormente, realizamos uma leitura exploratória

dos textos completos, e identificamos os temas abordados pelos autores, o que possibilitou compreender os seus argumentos e identificar seus conceitos chave em seus respectivos estudos.

A partir dessas leituras realizamos uma classificação quanto a natureza, o delineamento dos estudos e conclusões dos autores e realizamos uma síntese temática relacionada com o objetivo do presente estudo. Além dos nove estudos, foram incluídos outros pela sua relevância à temática.

Após a leitura e releitura compreensiva formamos quatro núcleos temáticos de acordo com temas abordados, argumentos e conceitos chave dos autores, são os seguintes: 1- o Epistemicídio e o racismo institucional; 2- a desqualificação da produção de conhecimento da população negra e indígena; 3- o silenciamento de intelectuais negras e negros; 4- as desobediências epistêmicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontramos a prevalência de artigos que tratam da graduação em Psicologia, em menor número, outros vão abordar sobre o tema em graduações da saúde e um outro vai tratar sobre o sofrimento mental proveniente do racismo em instituições de ensino superior.

Quanto a natureza e o delineamento dos nove estudos, o corpus foi composto por : (n=3) Ensaio e (n=4) estudos qualitativos bibliográficos, (n=1) estudo qualitativo com entrevistas semiestruturadas e (n=1) quali-quantitativo. Os estudos foram desenvolvidos majoritariamente no Brasil.

No quadro 1, abaixo, são apresentados autores e autoras, ano de produção, os títulos dos artigos e os quatro núcleos temáticos. São os seguintes núcleos temáticos: 1- o Epistemicídio e o racismo institucional; 2- a desqualificação da produção de conhecimento da população negra e indígena; 3- o silenciamento de intelectuais negras e negros; 4- as desobediências epistêmicas. Os artigos possuem mais de um núcleo temático, estes foram separados e identificados com os algarismos indo arábicos de 1 a 4, respectivamente, conforme é apresentado abaixo:

Autores e autoras, ano de produção, os títulos dos artigos	Núcleos temáticos
Navasconi, Moscheta (2023) "Contribuições de Virgínia Leone Bicudo e Neusa Santos Souza para uma psicologia brasileira antirracista".	1,2,3,4
Oliveira (2019) "Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social"	1,2,3
Oliveira (2020) Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia.	1,2,3
Francisco, Cunha, Moreira (2021) "A produção do conhecimento em psicologia a partir das experiências de mulheres negras diaspóricas. Aspectos teórico-metodológicos".	1,3,4
Neto (2022) "E quando contarmos nossas histórias? Relatos em uma formação racista"	1,2,3

Neves et al. (2023) / “Vozes carolinas: um olhar interseccional sobre memórias e narrativas de mulheres negras”. Junior,	1, 2,3
Farias, Martins (2021) / “Dona Ivone Lara e terapia ocupacional: devir-negro da história da profissão	1,2
De Sousa et al. (2021) / “Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado”	1,2,3
Oliveira, Nunes e Antloga (2019) / “Dinâmica de prazer e sofrimento de estudantes negras de faculdades de Brasília – Epistemicídio, racismo e machismo”	1, 2

Após a busca na base BVS, encontramos artigos que dialogam com o objetivo do presente estudo, majoritariamente no âmbito da graduação em Psicologia.

Navasconi e Moscheta (2023) recuperam o legado teórico de duas pioneiras fundamentais: Virgínia Leone Bicudo e Neusa Santos Souza e afirmam que instituições formadoras não incluem intelectuais não brancos nos currículos e no campo científico. Criticam a Psicologia pelo seu caráter racista, que perpetua a inviabilização de outras epistemologias e saberes negros pela tendência de universalizar o sujeito branco. Assim como Carneiro (2005), que entre outras considerações, sinaliza a desqualificação dos conhecimentos da população negra e indígena e o impedimento da livre circulação destes no espaço acadêmico, como expressão do epistemicídio.

Discutindo sobre o racismo estrutural, Oliveira (2019) enfatiza que a Psicologia ao operar com a figura do sujeito universal e branco, produz um cuidado racializado com formas diferenciadas de acolhimento a depender da raça/cor. Produzindo a desqualificação do conhecimento que pessoas negras constroem sobre suas vivências em saúde e saúde mental.

Já Oliveira (2020), discute sobre o silenciamento das discussões sobre raça na atenção em saúde e como a negligência do debate racial nas práticas profissionais pode reproduzir o racismo institucional. Defendendo a necessidade de uma Psicologia antirracista que reconheça a raça como um marcador social determinante, e propõe que para o enfrentamento do racismo, é imprescindível que se valorize e se reconheça estudos e atuações de profissionais negros

Francisco; Cunha e Moreira (2021), defendem como estratégia para tensionar o pensamento hegemônico e enfrentar o racismo estrutural e institucional, haja uma desobediência epistêmica. Entendendo que narrativas oriundas da experiência pessoal são formas de insurgência antirracista e de uma produção científica não subordinada à colonialidade.

Abordando também sobre a colonialidade na configuração de cursos de Psicologia, Neto (2023), interpreta o racismo e o epistemicídio como estratégias de dominação produzidas pela sujeição epistêmica, que expressa à invisibilização da negritude em espaços acadêmicos e impedem processos de emancipação de sujeitos não brancos. Reforçando suas análises em uma perspectiva interseccional, mostra como gênero, raça e classe são ocultados na formação. Aponta tensões raciais significativas no curso de Psicologia, especialmente com o aumento da presença de estudantes negros e indígenas na universidade que assumem seus protagonismo como sujeitos produtores de conhecimentos.

Assim como Neto (2023), Neves et al (2023), trazem reflexões pautadas em uma perspectiva interseccional utilizando as obras de Carolina Maria de Jesus e de poetas do “Slam” (expressão em forma de poesia constituída por narrativas potentes de mulheres das periferias), afirmam que produzir narrativas orais ou escritas permite ressignificar a experiência do sofrimento racial e constitui forma de enfrentamento. Defendendo que

essas “vozes” são fundamentais para uma prática científica e psicológica que considerem as desigualdades de raça, classe e gênero.

Abaixo apresentamos relevantes análises dos outros artigos de autores citados.

Junior; Farias e Martins (2021), mostram que o silenciamento da intelectualidade negra como um projeto colonial, mesmo em cursos da saúde que priorizem o atendimento ao Sistema Único de Saúde, onde a população atendida é majoritariamente negra. Para esses estudiosos, como as desigualdades raciais permanecem pouco discutidas, a formação precisa considerar outras epistemologias que expressem práticas de cuidado negras e indígenas. Propondo então, que as experiências e trajetória de vida de profissionais negros possam constituir uma outra episteme no âmbito da saúde

De Sousa et al (2021), ao discutir sobre a condição de professoras negras na pós graduação no campo da saúde, destacam que a invisibilidade de autoras e autores negros na formação universitária contribui para reproduzir hierarquias raciais e desvalorização da produção intelectual não branca. Reflexão esta que dialoga com o estudo de Lourenço (2023) que aborda a não representatividade negra produzindo uma sociedade desigual e tendo reflexo em indicadores no Brasil, como a educação, sendo proveniente do racismo.

Já Oliveira, Nunes e Antloga (2019) mostram que estudantes negras vivenciam epistemicídio por meio de discriminações, estigmas e ausência de reconhecimento de suas vivências. Estas produzem sofrimento psíquico e podem levar o abandono do curso. Apontam que as políticas de acesso (como cotas e programas de ingresso) não garantem a permanência bem sucedida em um ambiente ainda marcado por racismo e deslegitimação dos conhecimentos e cultura dos discentes. Essas autoras destacam que, mesmo com políticas de inclusão, a presença de estudantes brancos ainda é o dobro de estudantes negras e negros, caracterizando o racismo institucional e o epistemicídio. Ambos se expressam tanto na dificuldade de permanência, quanto na deslegitimação do conhecimento produzido por pessoas negras.

Ao analisar os nove artigos entendemos que o epistemicídio vai operar como eixo estruturante das desigualdades no ensino superior, em cursos de graduação em Psicologia e outros. Não apenas visa promover o apagamento de autoras e autores negros, mas produz efeitos subjetivos, institucionais e formativos.

Tais efeitos moldam quem são os indivíduos legitimados como sujeitos de conhecimento. Percebe-se, portanto, que o racismo não atua apenas como discriminação, mas também como princípio que vai organizar a própria racionalidade universitária, além de hierarquizar saberes e produção de conhecimento e quais pessoas poderão ser consideradas como produtoras de conhecimento e ter inteligibilidade como vivência acadêmica. Ou seja, quais sujeitos podem estar em espaços universitários.

Nesse sentido, a permanência estudantil não vai depender apenas de políticas de ingresso mais equânimes e democráticas, mas de uma transformação epistemológica. Esta deverá deslocar de uma centralidade do conhecimento eurocentrado, permitindo que estudantes negras e negros existam como produtores de saber.

Finalmente, as propostas de desobediência epistêmica e de narrativas insurgentes mostram que ressignificar a experiência pessoal de estudantes e profissionais negros constitui um movimento político e cognitivo. Este rompe com o silêncio imposto pela colonialidade. Produzir conhecimento a partir de saberes comunitários e ancestrais seria afirmar uma outra episteme, a que desafia o paradigma de uma racionalidade produzida e reproduzida em universidades tradicionais.

4 CONCLUSÃO

Os estudos analisados indicam que há em espaços de formação de profissionais da Psicologia e demais da saúde, a produção, manutenção e naturalização de uma episteme assentada na produção científica de um saber branco e eurocentrado. Um epistemicídio que produz o apagamento da produção científica e cultural dos sujeitos não brancos e seu silenciamento.

Por isso, epistemologias negras e indígenas ampliariam a construção de uma educação antirracistas. Estas ocorreriam a partir de outros currículos. Podendo favorecer uma desobediência epistêmica que traga o conhecimento de discentes, autores e autores negros e outros saberes sobre o cuidado em saúde.

O presente estudo tem suas limitações para pensarmos a formação profissional e o currículo de todas as profissões da saúde, pois as discussões dos referidos autores e autores se limitam a alguns cursos. Sendo necessário, para o aprofundamento da temática, outros estudos que abordem outras formações do campo da saúde.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ARANDA, M. A. M. A restrita cidadania ampliada presente nas ações da política social. *Crítica Educativa, Sorocaba*, v. 1, n. 1, p. 41-55, jan./jun. 2015.
- BRASIL. *Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 26 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 12 dez. 2024
- CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CECCIM, R. B. Pacientes impacientes: Paulo Freire. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Caderno de educação popular e saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, p. 32-45, 2007.
- DE SOUSA, A. L. et al. Professoras negras na pós-graduação em saúde: entre o racismo estrutural e a feminização do cuidado. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. esp. 1, p. 13-26, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E101>.
- DUSSEL, Enrique. *O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1992.
- FRANCISCO, C. R.; CUNHA, V. M.; MOREIRA, L. E. A produção do conhecimento em psicologia a partir das experiências de mulheres negras diaspóricas: aspectos teórico-metodológicos. *Quaderns de Psicologia*, [s. l.], v. 23, n. 3, e1771, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/54537>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- JUNIOR, J. D. L.; FARIAS, M. N.; MARTINS, S. Dona Ivone Lara e terapia ocupacional: devir-negro da história da profissão. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 29, e2135, p. 1-13, 2021.
- NAVASCONI, P. V. P.; MOSCHETA, M. S. Contribuições de Virgínia Leone Bicudo e Neusa Santos Souza para uma psicologia brasileira antirracista. *Psicologia & Sociedade*, [s.l.], v.35, e276753, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/pyjVFPDX7NYggmRYwV5JvM/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NETO, M. N. M. E quando contarmos nossas histórias? Relatos em uma formação racista. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 80-90, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/78167>. Acesso em: 10 dez. 2024.

NEVES, T. S. S. et al. Vozes carolinas: um olhar interseccional sobre memórias e narrativas de mulheres negras. *Psicologia & Sociedade*, [s. l.], v. 35, p. 1-18, 2023.

OLIVEIRA, E. C. S. Raça e política de assistência social: produção de conhecimento em psicologia social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 39, n. esp. 2, p. 141-152, 2019.

OLIVEIRA, F.; NUNES, T.; ANTLOGA, C. Dinâmica de prazer e sofrimento de estudantes negras de faculdades de Brasília – Epistemicídio, racismo e machismo. *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 103-124, 2019. DOI: doi.org.

OLIVEIRA, R. M. S. Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 72, n. esp., p. 48-65, 2020. Disponível em: pepsic.bvsalud.org. Acesso em: 10 fev. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

VAZ, Livia Sant'Anna. *Cotas raciais*. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2022.

Conflito de interesses

Declaro que não há conflito de interesses.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)